

Onde a Cultura Mora

Equipamentos culturais e o desafio de sua gestão no contexto da PNAB

Plínio Rattes¹

A Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB) inaugura uma nova fase para a cultura brasileira. Estabelecida como política de Estado e sustentada por mecanismos de transferência regular e descentralizada de recursos, ela coloca em primeiro plano a necessidade de estruturar e reconhecer o ecossistema cultural dos territórios. Nesse cenário, os equipamentos culturais não são apenas peças de infraestrutura, mas dispositivos estratégicos para garantir os direitos culturais e articular múltiplas dimensões da vida pública. No entanto, esse potencial só se realiza quando o equipamento deixa de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio ativo de mediação, encontro e transformação.

A Portaria MinC nº 217/2025, que institui o Programa Nacional Aldir Blanc de Formação em Gestão Pública da Cultura, reforça esse entendimento ao indicar que a formação de gestores públicos deve considerar as dinâmicas territoriais e comunitárias que atravessam os espaços culturais. Com isso, a política não apenas fomenta os equipamentos, mas exige repensá-los a partir da sua função social, da sua sustentabilidade e da sua capacidade de gerar pertencimento. A formação continuada, prevista como obrigação dos entes federativos, não pode estar dissociada do cotidiano de quem está à frente desses espaços — muitas vezes em condições precárias de trabalho, com equipes reduzidas e alta rotatividade.

É nesse sentido que a PNAB se destaca ao propor um novo olhar sobre a infraestrutura cultural do Brasil. De acordo com os dados sistematizados pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), o país possui 18.286 bibliotecas públicas, 3.604 centros culturais, 3.388 museus, 1.951 espaços culturais multiuso, 1.674 teatros e 928 cinemas (RATTES, 2022). No entanto, esses números, embora expressivos, não revelam as disparidades regionais e estruturais que ainda marcam o acesso à cultura. Muitos desses espaços estão concentrados em

¹ Plínio Rattes é doutor e mestre em Cultura e Sociedade (UFBA), bacharel em Comunicação, com ênfase em Produção em Comunicação e Cultura (UFBA). Integra os grupos de pesquisa Observatório da Diversidade Cultural (UEMG/PUC Minas) e o Coletivo Gestão Cultural (UFBA/UFRB). É um dos organizadores do livro *Um lugar para os espaços culturais* (EDUFBA, 2019) e possui artigos publicados nos livros: *Gestão Cultural e Diversidade* (EDUEMG, 2018), *A cultura em tempos sombrios* (EDUFBA, 2022) e *Diálogos sobre gestão cultural* (EDUFBA, 2025). Possui experiência profissional e acadêmica em políticas e gestão cultural, processos de mediação, públicos e práticas culturais, espaços e equipamentos culturais, curadoria, planejamento e execução de projetos culturais.

regiões metropolitanas e capitais, deixando extensas áreas periféricas e rurais com pouca ou nenhuma presença institucionalizada. Além disso, parte significativa desses equipamentos encontra-se com estruturas físicas deterioradas, acervos desatualizados e equipes desassistidas.

Frente a esse cenário, a PNAB traz um avanço ao reconhecer a diversidade dos espaços culturais existentes e ao permitir que os recursos públicos possam ser aplicados não apenas em equipamentos “convencionais”, mas também em estruturas comunitárias, independentes e de base territorial. É essencial distinguir entre equipamentos — espaços institucionalizados com estrutura consolidada — e espaços culturais — lugares de uso simbólico e social, muitas vezes insurgentes. Essa distinção permite reconhecer que uma escola aberta à noite com oficinas culturais, um terreiro de candomblé, um salão comunitário ou um coreto em uma praça também podem ser — e muitas vezes são — equipamentos culturais, porque ali pulsa a vida cultural do território.

O desafio, portanto, não está apenas em construir novos prédios ou reformar estruturas existentes, mas em garantir que essas estruturas estejam vivas, acessíveis e sintonizadas com os modos de fazer e viver cultura de seus contextos. A PNAB, ao permitir a aplicação dos recursos em manutenção, reforma e aquisição de equipamentos, amplia significativamente a capacidade de atuação dos gestores locais e reconhece as diferentes formas de institucionalidade cultural presentes no Brasil.

Como reforça a Portaria nº 217, os gestores precisam ser formados para reconhecer as práticas culturais locais e articular saberes técnicos e populares, de modo a promover uma gestão ética, participativa e sensível à diversidade. Para isso, é necessário que a formação continuada proposta pela PNAB seja pensada a partir da realidade concreta dos territórios, superando modelos verticalizados e burocratizados. É preciso fomentar redes de aprendizado horizontal, criar repertórios comuns e promover trocas entre profissionais que atuam em contextos diversos — do sertão ao litoral, dos centros urbanos às aldeias indígenas.

Ainda assim, é importante reconhecer o paradoxo que marca os equipamentos culturais nas políticas públicas: ao mesmo tempo em que são centrais como locais de ativação da política cultural, permanecem periféricos nas prioridades orçamentárias e na formulação estratégica. Muitas vezes são vistos como estruturas que “demandam” recursos, e não como plataformas que geram impactos sociais, educacionais e econômicos. Esse olhar precisa ser revertido. E a PNAB, ao permitir o uso de recursos tanto para a manutenção quanto para a reforma e ampliação de

equipamentos, pode abrir essa janela de oportunidade — desde que os planos de ação sejam construídos de forma participativa e com diagnósticos territoriais consistentes.

Outro ponto a ser ressaltado é que a PNAB estimula a utilização dos espaços já existentes e reconhece diferentes formas de ocupação e apropriação cultural do território. A política prevê subsídios mensais a espaços com atividades regulares, fomenta ações educativas, permite a digitalização de acervos e a produção de conteúdos culturais, além de incluir a possibilidade de reforma de equipamentos tombados ou comunitários. Isso sinaliza um avanço na compreensão de que a cultura se faz não apenas com palcos e paredes, mas com relações, narrativas e práticas que estruturam o cotidiano de milhares de comunidades.

Contudo, nenhuma dessas possibilidades se realiza sem pessoas. A centralidade da formação — agora institucionalizada pela Portaria MinC nº 217 — é um acerto que precisa ser amplificado. Gestores e gestoras de equipamentos culturais precisam ser mais do que administradores: devem ser mediadores culturais, capazes de construir alianças intersetoriais, dialogar com públicos diversos, disputar sentidos de pertencimento e, sobretudo, sustentar os espaços como bens comuns. Para isso, é preciso garantir a permanência das equipes, consolidar redes de formação, criar repertórios compartilhados e ampliar a escuta das populações envolvidas.

Por fim, é necessário entender que cada equipamento cultural é atravessado por disputas, afetos e memórias. Ele é o reflexo das contradições e potências do território em que se insere. Fazer com que os equipamentos culturais estejam integrados à PNAB não é apenas uma questão de eficiência institucional. É um compromisso ético com o direito à cultura como expressão de cidadania, democracia e diversidade. Em um país marcado por profundas desigualdades regionais, raciais e sociais, investir nesses espaços é investir na presença do Estado onde ele historicamente faltou — não apenas com estruturas físicas, mas com reconhecimento, escuta e construção coletiva.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Cultura. **Portaria nº 217, de 11 de junho de 2025**. Institui o Programa Nacional Aldir Blanc de Formação em Gestão Pública da Cultura. Diário Oficial da União: edição: 110, seção 1, p.: 38. Brasília, DF, 12 jun. 2025.

RATTES, Plínio. A Praça é do Povo? Diversidade e Participação social na gestão das Praças CEU de Feira de Santana (BA). 328f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.